

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, localizada na Rua Minas Gerais, nº 86, Centro, nesta cidade, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, coordenado pelo presidente Senhor Quim Fernando Massotti e com a presença dos conselheiros titulares: Quim Fernando Massotti, Marcos Cartana, Edelbeto Ginder, Kleiton Saggin, Claudio Vicente Kroth, Frederico Batistella, Jonatas Mattiazzi, Juliana Meller e dos Conselheiros Suplentes: Francielli Werlang Puhl, Bruno Feltrin da Costa e Carine Zambonato e demais presentes: Andrei Saviczki e Andreia Carvalho. Às 17:03h o presidente Quim procedeu a abertura dos trabalhos e solicitou à secretária Francielli que fizesse a leitura do edital de convocação 04/2018 e em seguida, colocou em aprovação a ata da reunião ordinária de maio de 2018 a qual foi aprovada sem ressalvas. Seguindo com a reunião, o presidente Quim justifica as ausências dos conselheiros Cris Lisiê Kueylo, Luis Carlos Martins e Luiz Pedro Trevisan. Em seguida, solicita a inversão das pautas em relação ao edital de convocação devido a pedido do conselheiro Marcos Cartana. Sobre a pauta da nova resolução 372/18 do CONSEMA, o presidente ainda comenta com os conselheiros que deixou uma reportagem pronta quanto a preocupação do CONSEMMA com as diretrizes tomadas pelo estado. Em seguida, a palavra é passada ao conselheiro Marcos Cartana, que comenta que se reuniram algumas vezes mas não concluíram o trabalho, é uma situação nova onde o estado repassa novamente para os municípios algumas responsabilidades, ressalta que a intenção é realizar um maior controle e não burocratizar para os empreendedores. O conselheiro Frederico comenta que é um assunto delicado, pois as análises são técnicas e que se está tentando arrumar uma forma de melhor discutir, comenta que a conselheira Juliana fez uma lista de atividades que o município poderia licenciar, que é importante ver essas atividades e a realidade do município. Frederico comenta ainda que como conselheiro que representa a ACISAP, levou o tema até a entidade, mas que lá a opinião é que se o estado decretou, não é o município que não pode querer complicar e sim cabe seguir a lei. Comenta ainda que é importante fazer a releitura das atividades em conjunto com a Secretaria, licenciadores, gabinete, e então fazer uma audiência pública e chamar a todos para discutir o impacto que pode ocasionar, envolver o Ministério Público e fazer uma audiência pública também com os vereadores. Juliana comenta sobre a responsabilidade de cada entidade representada dentro do Conselho, para levar esse assunto a demais pessoas para discutir e saber opiniões. Frederico levanta a questão das taxas ambientais, dos custos para o empreendedor, se agora o estado deixar de cobrar e daqui um tempo o município querer cobrar. Quais critérios são usados para calcular as taxas ambientais, o município tem condições de dizer o que é necessário para a cobrança da taxa. A conselheira Carine questiona se a Associação dos municípios está debatendo esse tema. Frederico diz que o município de Santa Rosa é referência para os demais municípios menores. O conselheiro Claudio se diz preocupado com as empresas isentas, pois os impactos nesses casos de a fiscalização agir vai exigir o quê, se são isentas. Frederico diz que essas empresas não vão prestar contas para o órgão, fala que a lei federal já exige um Plano de Resíduos e isso tem que servir para todas as empresas, independente se é preciso ter licença ou não, que essa seria uma ferramenta que é eficaz e que já existe, comenta ainda sobre deixar uma opção on line para anexar o Plano de Resíduos, para facilitar para o empreendedor. Juliana fala que o licenciamento é a forma de gestão e que temos que encontrar um meio que fique bom para ambos os lados. Frederico diz que vai diminuir a arrecadação das empresas, mas que temos que achar uma fórmula para que a empresa que não precisa de licença mas cumpre com a legislação ambiental, receba um selo verde de qualidade, como forma de valorização. Juliana questiona que a taxa de licenciamento do município é muito alta. O presidente esclarece que o decreto 372/2018 que começou a ter validade em abril deste ano, colocou portes em algumas empresas que antes não tinham. A legislação municipal remete os valores das taxas ao valor cobrado pela FEPAM, menos 30%, como esses portes foram criados, os valores ficaram altos, mas o município já está encaminhando para a Câmara de Vereadores um novo tabelamento desvinculando da tabela da FEPAM os valores, comenta ainda que o Conselho não tem competência para deliberar sempre que envolvem valores nas legislações. Claudio comenta que deve se ter cuidado com a área útil a ser considerada das atividades, que as vezes no licenciamento apresentam somente a área construída, mas o porte é muito maior devido a área útil. O presidente Quim comenta que a mágica está em achar a forma de controle e incentivo para essas empresas que agora estão isentas. Passando para a próxima pauta, o presidente passa a palavra para Juliana que apresenta o andamento do projeto Santa Rosa Nosso Planeta. Luciana apresenta slides e comenta sobre as escolas que estão indo, que o tema esse ano é o óleo de fritura e que está sendo bem aceito, fala ainda que a proposta é as escolas ficarem como

pontos de coletas de óleo de fritura usado e que em parceria com a Coopersol, a entidade irá pagar cinquenta centavos por litro de óleo recolhido e que esse valor ficará para as escolas. Comenta ainda que a premiação para as escolas será uma TV de 50 polegadas para os primeiros colocados, caixas de som multifuncionais para os segundos colocados, kit esportivos para os terceiros colocados com exceção da educação infantil que ganhará uma coleção de livros infantis. Fala que o Projeto novamente está tendo boa aceitação e encerra sua apresentação com a chamada que está sendo feita na RBS, para o projeto. Seguindo com a reunião, nos assuntos gerais, o presidente Quim comunica que foi informado na semana passada sobre a desvinculação de parte dos recursos do Fundo de Meio Ambiente no final de 2017, para o fechamento das contas do município. Comenta que foram desvinculados da conta, 188 mil reais, sendo, 79 mil correspondentes as entradas de 2016 e 109 mil correspondentes as entradas de 2017. Fala que lhe explicaram que a desvinculação de recursos especiais é prevista em constituição e pode ser retirado até 30% dos valores que entraram durante o ano. Comenta que o município desvinculou também de outras áreas e no total foram feitas desvinculações no valor de dois milhões duzentos e vinte e nove mil, então, aproximadamente 10% desse valor sobrou para a conta de nosso Fundo. Apresenta ainda o Decreto Municipal 221/2017 e a resolução 02/2017 que legaliza a retirada dos recursos da conta. Coloca cópias das legislações a disposição dos conselheiros e recorda do conselheiro Marcos Scherer, das vezes que comentou que os recursos do Fundo devem ser gastos, pois qualquer governo pode fazer essa desvinculação, nesse momento o presidente solicita aos conselheiros que tragam projetos para gastar os recursos do Fundo, comenta ainda que há um saldo em junho de um milhão e vinte e oito mil reais na conta. Seguindo com os assuntos gerais, Quim comenta que as cadeiras da equipe técnica da Secretaria estão bastante ruins, não cobrem todas as costas e já temos quatro servidores com problemas de coluna. Relata que são 24 servidores na Secretaria e que seria necessário a compra de cadeiras presidenciais para eles, essa teria de ser a descrição para que venham cadeiras boas com encosto, para que se possa trabalhar oito horas diárias. Comenta ainda que conseguiu que o município compre pelo recurso livre dez dessas cadeiras, mas as outras, gostaria de contar com apoio do Fundo de Meio Ambiente. Seriam necessários aproximadamente dez mil reais para a compra de cadeiras presidenciais. Colocando em votação a pauta, é aprovada sem ressalva a utilização de dez mil reais para a compra de 12 a 14 cadeiras presidenciais para uso exclusivo da equipe técnica da Secretaria. Ainda nos assuntos gerais, o presidente comenta que conforme combinado em reunião do CONSEMMA, tentou contato com a APEA para apresentar o Decreto 180/2017, contudo lhe foi retornado que a reunião de junho já tinha muitas pautas. Solicitou então que o conselheiro Jonatas pudesse interferir e marcar para que em julho, possa ir na APEA apresentar o Decreto. Nada mais tendo para tratar, às 18:05 horas é dada por encerrada a reunião. Essa ata vai assinada por mim, Francielli Werlang Puhl, secretária do CONSEMMA e pelo Presidente, Quim Fernando Massotti

Quim Fernando Massotti

Francielli W. Puhl

Presidente

Secretária